



ROBERTO PEDROSA E GUILHERME BATISTA, DIRETORES DA ABC, MORREM DE COVID-19

Com uma diferença de 35 dias, a Covid-19 provocou a morte dos peritos criminais Guilherme Nogueira Batista, presidente do sindicato de peritos da Paraíba, e Roberto Pedrosa, ex-presidente da Associação Brasileira de Criminalística (ABC). Batista morreu no dia 6 de abril, aos 35 anos. Pedrosa faleceu no dia 3 de março, aos 68 anos. Ambos os peritos, integrantes da atual diretoria da ABC, dedicaram parte de sua trajetória profissional à luta pelos direitos da categoria dos peritos oficiais.

Presidente da ABC entre 2003 e 2005, Pedrosa nasceu em Três Ranchos (GO) e se formou em veterinária, mas a perícia criminal, carreira que abraçou em 1974 ao ingressar no Departamento de Técnica Policial de Goiás, sempre foi sua escolha profissional. “O que convivi e vivi dentro da perícia é algo que não se paga. Além de construir sólidas amizades”, afirmou Pedrosa em entrevista, em setembro de 2020, ao boletim Perícia Criminal. Ele também foi primeiro perito diretor do Instituto de Criminalística de Goiás.

Amigo pessoal de Pedrosa, Antenor Pinheiro, perito criminal aposentado, publicou um emocionado depoimento sobre o amigo após a notícia de sua morte. “Minhas filhas chamavam-no ‘tio Pedrosa’, tamanha a simpatia com que as conquistava pelas manjadas mágicas nos almoços em minha casa, ou nos bares em que costumávamos reunir nossas famílias. E assim construímos ao longo da convivência, não apenas uma relação de trabalho, mas de amizade”.

Na entrevista concedida ao boletim Perícia Criminal, Pedrosa lembrou que começou na perícia criminal trabalhando na parte técnica em acidente de trânsito, depois fez outras áreas, mas o mais marcante foi a luta política. “Sei que conseguimos em Goiás com o colega Antenor e outros como o Tininho, de Minas, encaminhar autonomia da perícia que até hoje não foi efetivado na Constituição Federal, mas em 18 estados da federação essa autonomia já existe. Então acho que esse foi o fator mais marcante na minha carreira, o lado político-classista”, afirmou ele.

Formado em biologia, Guilherme também atuava como consultor ambiental e professor na área de perícia ambiental. Em mensagem enviada ao colegas antes de morrer, ele fez uma espécie de despedida, segundo reportagem publicada no portal de notícias G1 da Paraíba: “Escrevo este texto em tom de despedida. Estou no meu limite físico e provavelmente serei intubado nas próximas horas [...] uma situação sem poucas chances de sucesso”, diz trecho da mensagem. Guilherme deixou uma filha de um mês e esposa.

Conforme Amanda Melo, perita criminal na Paraíba e amiga de Guilherme Batista, “ele era muito querido e foi um incansável lutador por melhorias na nossa classe”. Ainda segundo Amanda, ele começou a apresentar piora quando já estava internado, em meados de 15 de março. “Desejo a todos que convivi na terra, muita paz e luz”, finalizou Guilherme, na mensagem enviada aos amigos no dia 17 de março. Guilherme morreu num hospital de João Pessoa, depois de ficar internado por mais de 10 dias.

Ao G1, Amanda Melo ainda relatou que, em 19 de março, Guilherme voltou a fazer contato, desta vez em áudio. “Ele pediu para que não desistíssemos da perícia, que continuássemos lutando pelo nosso reconhecimento, porque ele não conseguiria mais”, finalizou.

Recado do presidente

Com o objetivo de esclarecer a população e as pessoas interessadas em atuar na solução de crimes, a Associação Brasileira de Criminalística iniciou em abril uma campanha digital para informar que o ingresso na carreira de perito criminal só pode ocorrer por meio de concurso público. Embora existam muitas instituições de ensino, sobretudo no nível superior, que ofereçam cursos de especialização em perícia criminal ou ciências forenses, o certificado obtido não permite a participação em concursos públicos. Um ofício nesse sentido já foi enviado ao Ministério da Educação, a quem cabe fiscalizar e autorizar a oferta desse tipo de curso. Campanhas como essa contribuem para que a sociedade possa perceber a importância da Perícia Oficial e o trabalho dos profissionais que usam a ciência a favor da Justiça.

Leandro Lima, presidente da ABC



Roberto Pedrosa

Guilherme Batista



O SindPeritos-PB lamentou, em nota, a morte do profissional e prestou solidariedade à família e amigos: “Somos gratos por ter conhecido e convivido com esse generoso, que jamais mediu esforços em buscar melhorias para nossa categoria”.

Segundo dados do SindPeritos-PB, os policiais da Paraíba estão com alto índice de infecção e morte pela Covid-19. Mais de 12% dos policiais já se infectaram com o novo coronavírus. Esse percentual é duas vezes maior o que o da população em geral no Estado. Entre os policiais, o percentual de mortes provocadas pela Covid-19 é três vezes maior do que o da população e duas vezes maior do que entre os profissionais de saúde.

Por meio de nota, o presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado Adriano Galdino (PSB), lamentou a morte de Guilherme e se solidarizou com a família: “Que o tempo seja capaz de transformar a dor da perda em uma saudade serena, que acalme o coração”.



PERITOS QUE FIZERAM HISTÓRIA

“A MELHOR FORMA DE DIVULGAR O TRABALHO PERICIAL ESTÁ NA SUA PRÓPRIA EXCELÊNCIA”

Ex-presidente da Associação Brasileira de Criminalística (ABC), Antenor Pinheiro é perito criminal aposentado por Goiás. Durante a carreira, acumulou cursos de aperfeiçoamento e especialização em perícias de locais de acidente de trânsito e morte violenta, duas modalidades nas quais atua até hoje, agora como perito judicial e assistente técnico.

O senhor se formou em Comunicação Social/Jornalismo. O que o inspirou a seguir a carreira de Perito Criminal?

Ingressei no curso de Jornalismo na Universidade Federal de Goiás/UFG em 1979, um ano após assumir o cargo de perito criminalístico. À época, exigia-se apenas o 2º grau para sê-lo, o correspondente ao ensino médio atual. Não houve uma inspiração em especial, mas optei pelo cargo de perito criminalístico para ficar em GO. A decisão mais acertada que tomei em minha vida, porque apaixonei-me e tive uma carreira indiscutivelmente exitosa. O curso superior passou a ser requisito para o cargo de perito a partir de 1986, até então a mais importante conquista da Associação de Peritos em Criminalística de Goiás (ASPEC-GO), entidade que ajudei a fundar, da qual fui presidente em duas ocasiões (1983-1985 e 1991-1993).

Lembra da primeira ida a campo? Como foi a experiência?

Foi um local de morte violenta em ambiente interno, dia 8 de janeiro de 1978, um domingo chuvoso. Estava muito nervoso, fiquei na cena do crime por quase duas horas, mas apliquei a metodologia apreendida no curso de formação da academia. A única intercorrência foi ter de retornar posteriormente para anotar o ponto cardeal no croqui, pois não existia o *google earth* à época. A “demora” em local de crime foi uma marca minha, um “problema” para os motoristas dos meus plantões.

O que destaca durante o tempo como Presidente da Associação Brasileira de Criminalística?

A minha própria eleição já foi um destaque importante, não para mim, mas para toda a categoria, pois ela oportunizou a necessária ruptura no modo de representar os peritos criminais no Brasil. A ABC deixou de ser mera entidade organizadora de congressos e assumiu sua agenda política em nível nacional num momento especial de afirmação dos fundamentos da redemocratização institucional do país.

De que forma as novas tecnologias podem contribuir para a divulgação do trabalho pericial?

A melhor forma de divulgar o trabalho pericial está na sua própria excelência. O trabalho pericial é bom tanto quanto bom é o perito representado por seu laudo/parecer técnico. E para sê-lo, as possibilidades tecnológicas estão cada vez mais alcançáveis para seu propósito. Se o laudo/parecer técnico for ruim, mal apresentado, desconexo, mal demonstrado, ininteligível, de sofrível português... então de nada adiantarão os satélites, *softwares*, computadores, mestrados, doutorados ou dominar idiomas nobres.



Como seu trabalho como Perito Criminal se conecta com seu trabalho como Jornalista e vice-versa?

O jornalismo foi fundamental na minha atuação de perito criminal e agora como perito judicial, pois ele viabiliza a boa técnica redacional, a precisão necessária na construção do argumento e na organização da mensagem-texto. Aplicando a técnica de “vasos comunicantes” entre doutrinas apreendidas, profissionais ou acadêmicos que possuem conhecimentos específicos, posso com as técnicas que adquiri no jornalismo racionalizar meus procedimentos metodológicos e oferecer as respostas requisitadas.

Qual um conhecimento essencial para os novos Peritos?

Direitos Humanos. O perito atua na dimensão das ciências, e como tal deve evitar negá-las em qualquer atividade que reclame seu valor humanístico. Negar seu protagonismo na comunidade em que atua profissionalmente é segregar-se enquanto agente social. A atividade pericial de Estado sempre foi, é, e continuará sendo ferramenta estratégica na promoção dos direitos humanos em todo o planeta, porque preza a metodologia científica para a verificação, formação e aperfeiçoamento da prova processual. É a ciência se impondo à truculência! Daí a importância de seu vínculo institucional permanente às universidades, que são o ambiente natural onde o conhecimento científico é produzido, e de onde recrutamos nossos profissionais forenses.



Perícia Criminal do Tocantins ajuda a desmontar esquema milionário de fraudes na área tributária



A Perícia do Núcleo de Informática do Instituto de Criminalística de Tocantins, junto da Polícia Civil, desmontou um esquema de sonegação fiscal em Palmas. Os prejuízos aos cofres públicos chegam a quase R\$ 2 milhões. A operação Franquia, realizada no dia 14 de abril, reuniu peritos criminais das áreas de contabilidade e informática para realizar o desbloqueio, extração, processamento e recuperação de dados armazenados em aparelhos móveis e em computadores associados aos alvos da operação.

A perícia ficou responsável por obter informações digitais correlatas ao crime, além de garantir a integridade das provas. A operação foi batizada de Franquia após auditores identificarem que o esquema de sonegação fiscal teria sido copiado de outro já desbaratado em Minas Gerais, e reproduzido no Tocantins aos moldes de uma “Franquia”.

O inquérito policial investiga a prática de crime contra a ordem tributária, falsificação de documento público e particular, falsidade ideológica, associação criminosa, organização criminosa e lavagem de capitais.

SE – Para homenagear os profissionais lotados na Coordenadoria Geral de Perícias (Cogerp), o Governo do Estado de Sergipe promulgou a lei que institui 2021 como o Ano da Perícia Criminal. O acontecimento também faz alusão aos 30 anos da Cogerp, formada pelos institutos de Análises e Pesquisas Forenses (IAPF), de Criminalística (IC), de Identificação Dr. Carlos Menezes (IICM) e Médico Legal (IML). Segundo o secretário de Segurança Pública, João Eloy, “a perícia sergipana é um dos pilares do enfrentamento à criminalidade em todo o estado.” Segundo ele, a Cogerp é composta por profissionais extremamente qualificados e com capacidade técnica em suas áreas de formação, inclusive com formação em mestrado e doutorado. “Tudo isso tem contribuído para a redução dos crimes violentos em Sergipe”, disse. A lei foi sancionada pelo governador Belivaldo Chagas e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 22 de abril.

RS - Novo acordo entre governo do Estado, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretaria de Administração Penitenciária, Secretaria de Segurança Pública (SSP), Instituto-Geral de Perícias (IGP) e Polícia Civil vai garantir mais agilidade na coleta de material genético (DNA) de presos condenados por crimes hediondos. O cruzamento de informações genéticas pode ser determinante para identificação do autor de crimes dolosos. Coletas do tipo acontecem no Estado desde 2014 e a intenção é acelerar o processo de coletas para aumentar o Banco de Perfis Genéticos do Estado. Atualmente, há 6.160 amostras que podem ser confrontadas com 952 vestígios de locais de crime. A meta é chegar a 11 mil até 2022, depois de ter coletado três mil amostras entre 2019 e 2020, conforme meta do governo federal. A medida contribui para aumentar a resolução de crimes. A partir de agora, as coletas devem avançar para todas as cadeias do RS.

PA - O Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC) realizou em 19 de abril a reprodução simulada do caso da cabo PM Andreza Maria da Silva Araújo do Nascimento, assassinada em setembro do ano passado em Ananindeua. O objetivo foi esclarecer questões sobre a morte da vítima, um possível homicídio, cometido supostamente pelo companheiro da vítima, ou um caso de suicídio dentro do imóvel do casal. O inquérito será concluído mediante a apresentação do laudo técnico. “É um trabalho determinante, por isso requer tempo de análise. Mas, justamente por contribuir no sentido de ajudar nas investigações policiais, nossos peritos irão dar a resposta o quanto antes em colaboração à justiça”, disse o perito criminal Celso Mascarenhas, diretor-geral do CPCRC. Segundo ele, os peritos criminais que atuam na reprodução simulada são altamente capacitados e, por meio desse, procedimento contribuem para a justiça.

No Mato Grosso, trabalho dos peritos a partir de impressão digital identifica autor de crime de estupro

Um exame de perícia em impressão digital foi fundamental para identificar o autor de um crime de estupro ocorrido em Várzea Grande (MT) no dia 24 de abril. Realizado pela Perícia Técnica e Oficial (Politec), o exame determinou que as impressões de quem abriu a janela da casa da vítima eram compatíveis com as do suspeito. O autor havia sido identificado pela própria vítima pelos olhos e vestimenta, mas as informações não puderam ser consideradas conclusivas. “A Politec esteve no local, realizou um excelente trabalho de levantamento de vestígio de local de crime. Foram coletados fragmentos questionados em condições de serem confrontados, frente às impressões do suspeito indicado pela Polícia”, explicou a Perita Oficial Criminal Luciana Dias Correa. O suspeito foi preso em flagrante pelo crime de estupro. Segundo ela, trabalho em equipe de Segurança Pública envolvida foi fundamental para a resposta rápida, eficiente e segura.

